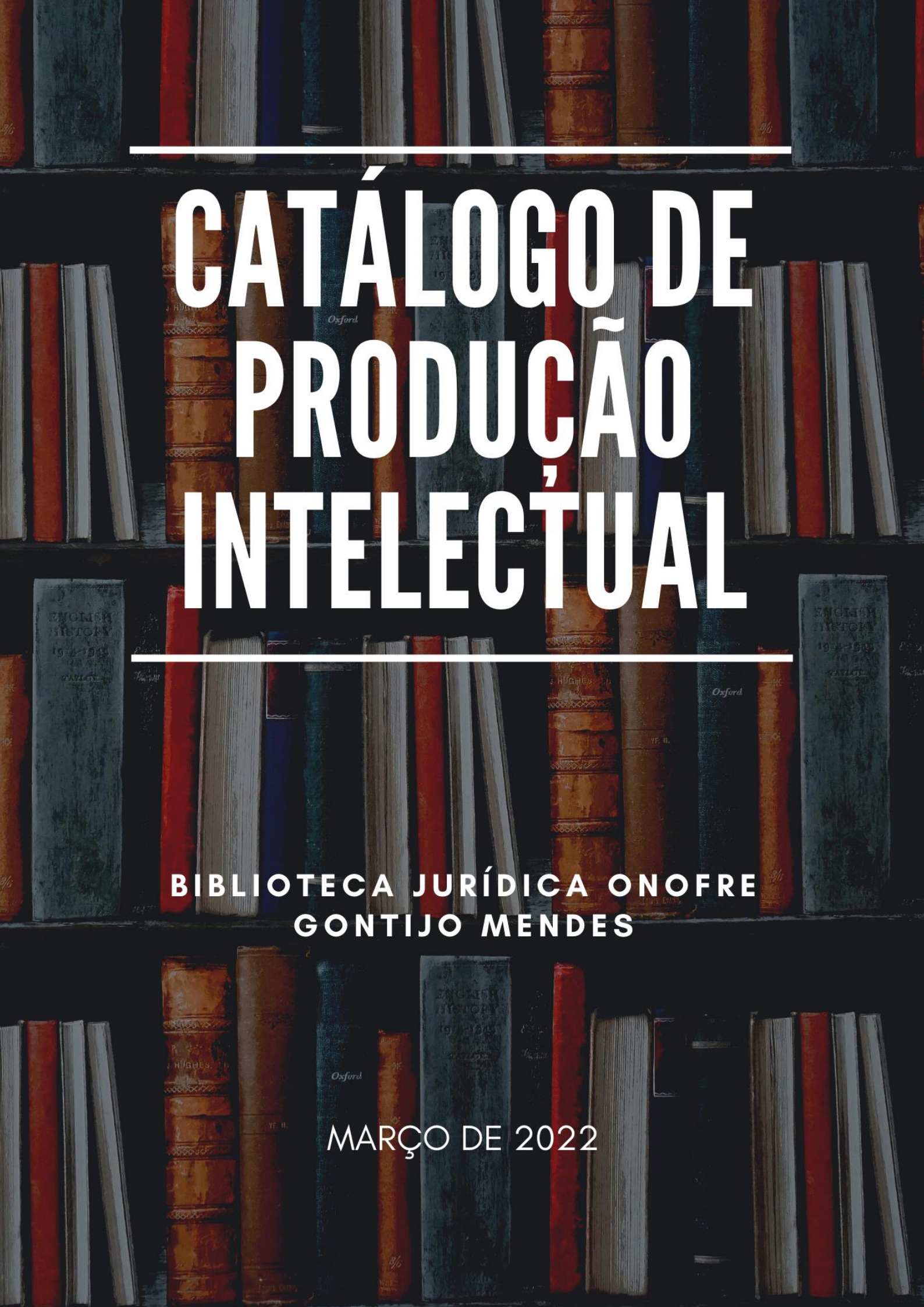




CATÁLOGO DE PRODUÇÃO INTELECTUAL

BIBLIOTECA JURÍDICA ONOFRE
GONTIJO MENDES

MARÇO DE 2022

CATÁLOGO - PRODUÇÃO INTELECTUAL PGDF -
Livros, teses, dissertações e monografias de Procuradores do Distrito
Federal, Analistas e Técnicos Jurídicos.
Versão 12, março de 2022.

APRESENTAÇÃO

A Biblioteca Jurídica apresenta a lista de títulos de autoria dos Procuradores, Analistas e Técnicos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que constam do acervo da Biblioteca Jurídica Onofre Gontijo Mendes para o empréstimo e consulta local.

O objetivo deste Catálogo é divulgar a Produção Intelectual desta Procuradoria-Geral do Distrito Federal, fomentar a leitura e assim contribuir com a geração de novos conhecimentos. Os títulos que possuem *link* permitem acesso ao texto integral das publicações.

O Catálogo – Produção Intelectual – está dividido em 3 (três) partes, sendo a primeira destinada aos Livros; a segunda contém os títulos das teses, dissertações e monografias dos autores da Casa; a terceira entrevistas concedidas pelos procuradores da Casa. Na versão 10 deste Catálogo será acrescentada os artigos, capítulos de livros, resenhas publicadas e entrevistas.

Para pesquisar os títulos de autoria dos Procuradores do Distrito Federal, Analistas e Técnicos Jurídicos da Casa que não constam no acervo da Biblioteca Jurídica é possível consultar outras bases de dados referenciais, como a [Biblioteca Central](#) da UnB, a Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional – [RVBI](#), bem como sites de Editoras Jurídicas.

Caso tenha interesse em ler algum dos livros, ou obter cópia de artigos e capítulos das obras, ou assistir entrevistas, basta entrar em contato com a Biblioteca Jurídica, por meio da conta de *email* biblioteca@pg.df.gov.br ou pelos telefones 3025-9679 e 30259678.

Boa leitura!

Brasília, março de 2022.

Cristiany Ferreira Borges

Bibliotecária – CRB1/1851

Gerente

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária – CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad - Bibliotecária – CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha - Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes - Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida - Estagiário - Nível Médio
Atualizado em 23/03/2022.



PARTE I - LIVROS

Atual. 23 de março de 2022.

Autor (a)	Título	Assunto
KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes	Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil. Porto Alegre, 2007. 311 p.	Ação afirmativa: Brasil; Ação afirmativa: Estados Unidos; Direitos e garantias individuais; Discriminação racial; Desigualdade social;
CARVALHO, Antônio Carlos Alencar	Comentários à lei de organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal: lei complementar distrital 395, de 31-7-2001	Lei complementar distrital; Procuradoria-Geral do DF;
LEONCY, Léo Ferreira	Controle de constitucionalidade estadual: as normas de observância obrigatória e a defesa abstrata da Constituição do Estado-membro. São Paulo, 2007	Direito constitucional; Leis Constitucionalidade; Constitucionalidade estadual.
ROCHA, Zélio Maia da.	Curso de direito constitucional em exercícios. São Paulo, 6. ed., 2002	Exercícios; Direito Constitucional.
ROCHA, Zélio Maia da.	Curso de direito constitucional em exercícios. São Paulo, 10. ed., 2004	Exercícios; Direito Constitucional.
ROCHA, Zélio Maia da.	Curso de direito constitucional em exercícios. São Paulo, 11. ed., 2006	Exercícios; Direito Constitucional.
TOMAZETTE, Marlon	Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário. São Paulo, v. 1, 2008.	Direito empresarial; Direito empresarial – Brasil.
TOMAZETTE, Marlon	Curso de direito empresarial: títulos de crédito. São Paulo, v. 2, 2009.	Direito empresarial; Direito empresarial – Brasil.
TOMAZETTE, Marlon	Curso de direito empresarial: títulos de crédito. São Paulo, v. 2, 2017.	Direito empresarial; Direito empresarial – Brasil.
TOMAZETTE, Marlon	Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas. São Paulo, v. 3, 2012.	Direito empresarial; Direito empresarial – Brasil. Falência; Falência – Brasil;

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária – CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cintia Mohamad – Bibliotecária – CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida – Estagiário – Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



TOMAZETTE, Marlon	Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas. São Paulo, v. 3, 2017.	Direito empresarial; Direito empresarial – Brasil. Falência; Falência – Brasil;
ARAÚJO, Rogério Andrade Cavalcanti	Direito civil brasileiro. Rio de Janeiro, 2017. 406 p.	Direito civil; Direito civil – Brasil.
FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho	Direito constitucional. Rio de Janeiro; São Paulo, 2011. 544 p.	Direito Constitucional.
ROCHA, Zélio Maia da	Direito constitucional em exercícios. Brasília, 2005. 487 p.	Direito Constitucional.
CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de.	Proibição de promoção pessoal na publicidade institucional. In: COSTA, L. G.; CALMON, P. (Coord.). Direito eleitoral. Brasília, 2014. p. 431-463.	Direito eleitoral.
CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de.	Ficha limpa: a moralidade administrativa revigorada pela democracia. In: COSTA, D. G. da e CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de (Coord.). Direito eleitoral brasileiro. São Paulo, 2014. p.193-216.	Direito eleitoral; Direito eleitoral – Brasil.
FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho	Direito tributário. Rio de Janeiro; São Paulo, 2012. 539 p.	Direito tributário.
BICALHO, Guilherme Pereira Dolabella	Extrafiscalidade tributária: pós-modernidade e legitimação do Estado Social Brasileiro. Belo Horizonte, 2014. 208 p.	Direito tributário – Brasil; Extrafiscalidade tributária.
CAVALCANTI, Marcos de Araújo.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas. Salvador, 2015. 673 p.	Ação coletiva; Processo coletivo;
CAVALCANTI, Marcos de Araújo.	Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). São Paulo, 2016. 428 p.	Ações coletivas; Direito processual coletivo.
FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho; CAVALCANTI, Eduardo Muniz Machado.	Jurisprudência do STF: anotada e comentada. Rio de Janeiro; São Paulo, 2009. 613 p.	Supremo Tribunal Federal – Jurisprudência; Jurisprudência – Brasil.

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária – CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad – Bibliotecária – CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida – Estagiário – Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



CARVALHO, Antonio Carlos Alencar.	Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância. Belo Horizonte, 2016. 1839 p.	Processo administrativo.
CARVALHO, Antonio Carlos Alencar.	Penas máximas no processo administrativo disciplinar: uma visão neoconstitucionalista do poder vinculado da administração pública. Belo Horizonte, 2016. 326 p.	Direito administrativo; Administração pública; Impessoalidade (Direito).
CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de.	O princípio da impessoalidade nas decisões administrativas. Brasília, 2015. 392 p.	Direito administrativo; Direito constitucional.
CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de.	Responsabilidade civil extracontratual do Estado por omissão. Brasília, 2014. 208 p.	Direito civil; Direito administrativo.
GOMES, Ana Maria Isar dos Santos; SILVA, Patrícia Pereira Alves	Participação política e construção de cidadania em Políticas Públicas Espaciais In: STEINBERGER, Marília (Org.). Território, agentes-atores e políticas públicas espaciais. Brasília, 2017. p. 61-91.	Teoria da geografia; Espaço; Território; Agentes; Atores.
LONGO FILHO, Fernando José.	Regiões metropolitanas: armadilhas, democracia e governança. Belo Horizonte: Fórum. 2020. p.188.	Direito Constitucional; Direito Municipal; Direito Urbanístico; Regiões Metropolitanas.
Carvalho, Antônio Carlos Alencar.	Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: à luz da jurisprudência dos Tribunais e da casuística da Administração Pública. 5. ed.. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 1.839 p.	Direito administrativo; Direito público; Processo administrativo disciplinar.

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária –CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad - Bibliotecária –CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha- Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes - Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida - Estagiário - Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



PARTE II - TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

Atual. 23 de março de 2022

Autor (a)	Título	Assunto
SERRA, Luís Eduardo Correia.	Ação rescisória em matéria tributária em face de decisões do Supremo Tribunal Federal. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 89 p.	Coisa julgada; Imutabilidade; Relativização; Ação rescisória; Segurança jurídica; Isonomia.
AFONSO, Ademir Marcos.	Ações possessórias nas ocupações irregulares de terras públicas. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2009. 49 p.	Posse, Detenção, bens públicos, manutenção, função social.
PEREIRA, Alexandre Moraes.	Adesão a ata de registro de preços. ((Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 51 p.	Sistema de registro de preços; Princípio da isonomia, lei de licitações; Decreto Federal 3.931/2001; Ata de registro de preços.
NOBRE, Andréa de Albuquerque.	Os animais como sujeitos éticos e de direito. Brasília, 2017.	Direito dos animais. Bioética.
GAZETA, Márcia Carvalho.	Antecipação da Tutela Deferida na Sentença: Aspectos Recursais. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 50 p.	Tutela Antecipada; Sentença; Recursos; Apelação; Agravado; Efeitos: Suspensivo e Devolutivo.
KHOURI, Mariana Pessoa de Mello Peixoto.	Da Aplicação da Função Punitiva dos Danos Morais em Face do Estado. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 49 p.	Responsabilidade do Estado – danos morais; Responsabilidade objetiva; Responsabilidade por atos omissivos; Danos morais – conceito; Indenização por danos morais.
INADA, Erica Yaeko.	Aspectos controvertidos da concessão de direito real de uso de áreas públicas no Distrito Federal. (Especialização) Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento. Brasília, 2013. 99 p.	Áreas públicas; Concessão de Direito Real de Uso; Controle urbanístico, Distrito Federal.
SILVA, Fabio Capell Farias.	Aspectos da Aplicação do Princípio da Boa-fé no Direito Público.	Boa-fé Objetiva; Aplicação;

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária – CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cintia Mohamad – Bibliotecária – CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida – Estagiário – Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



		(Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2009. 50 p.	Direito Público.
RIBEIRO, Teixeira	Felipe	Bicicletário modular: estrutura para o transporte alternativo – Stage Gate e análise estratégica. (Especialização) Programa FGV Management. Brasília, 2014. 57 p.	Mobilização; Transporte alternativo.
CASTRO, Araújo de.	Luciano	A boa-fé objetiva nos contratos administrativos brasileiros. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2017. 222 p.	Direito administrativo; Contratos administrativos.
CASTRO, Araújo de.	Luciano	A boa-fé objetiva nos contratos administrativos brasileiros: de acordo com a nova lei de licitações e contratos administrativos (lei n. 14.133/2021). 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. 260 p.	Contrato administrativo, brasil; Contrato administrativo - legislação; Licitação, brasil; Licitação publica; Boa-fé objetiva,.
CIARLINI, Magnan Barbosa.	Elina	Caso Fortuito e Responsabilidade Civil do Estado. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 53 p.	Responsabilidade civil do Estado; Responsabilidade civil do Estado – Aplicabilidade; Responsabilidade civil do Estado – Jurisprudência.
CONCEIÇÃO, Lucas da.	Luiz	O Chefe do poder executivo e a recusa de Aplicação das Leis Inconstitucionais. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 46 p.	Constituição e constitucionalidade; Defesa da constitucionalidade e seus elementos; Defesa da constitucionalidade e seus atores; O chefe do poder executivo no controle de constitucionalidade de normas.

FICHA TÉCNICA



DAMASCENO, Wilson Rodrigues.	O crédito de carbono no contexto contemporâneo das mudanças climáticas. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 60 p.	Crédito de carbono; Mercado de carbono; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima; Protocolo de Quioto; ECO 92; Efeito estufa; Aquecimento global; Mecanismo de desenvolvimento limpo.
SILVA, Evaldo de Souza da.	Competência Tributária e Princípio Federativo Análise frente a autonomia Financeira dos Entes Federados. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 89 p.	Poder constituinte – Originário, derivado, decorrente; Sistema jurídico tributário brasileiro; Federalismo brasileiro; Competência tributária e federalismo;
BICALHO, Guilherme Pereira Dolabella.	A Construção do estado social brasileiro na transição da modernidade: A Extrafiscalidade como instrumento de legitimação do estado social na perspectiva funcional do direito. (Dissertação-Mestrado) Universidade de Brasília. Brasília, 2013. 216 p. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/14170	Ciência; Moderno; Pós-moderno; Formalismo; Positivismo; Dogmática jurídica; Funcionalismo jurídico; Socialidade; Estado social; Legitimidade; Extrafiscalidade; Justiça.
TÔRRES, Carla Batista.	Controle Jurisdicional de Políticas Públicas Relacionadas ao Meio Ambiente e Problemas de eficiência: Expectativas em torno do projeto de lei N 8.058/2014 E a instituição de um modelo procedimental próprio ao referido controle. (Especialização) Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2015. 66 p.	Direito ambiental. Políticas públicas. Controle jurisdicional. Eficácia. Projeto de Lei n. 8.058/2014.

FICHA TÉCNICA



ANDERSON, Rogério Oliveira.	O cumprimento da função extrafiscal do imposto territorial Rural na região Centro Oeste. (Dissertação-Mestrado) Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010. 165 p. Disponível em: https://mestrado.direito.ufg.br/up/14/o/disserta%C3%A7%C3%A3o_vers%C3%A3o_final.pdf?1333288546	Constituição agrária; Constituição tributária; Função extrafiscal ITR - Centro-Oeste.
ARRUDA, Gabriela Freire de.	A Demissão do Servidor Por Crime Contra a Administração sem a Sentença Penal Condenatória com Trânsito em Julgado. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 58 p.	Demissão; Servidor Público; Crime; Administração Pública; Separação de Poderes; Poder Disciplinar; Autonomia.
GOMES, Ana Maria Isar dos santos.	Democracia participativa na regularização fundiária: A construção da participação política na lomba do pinheiro, Porto Alegre. (Dissertação-Mestrado) Universidade de Brasília. Brasília, 2013. 223 p. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/15691	Regularização fundiária; Democracia Participativa; Direito à Cidade; Participação Política; Lomba do Pinheiro.

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária –CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad - Bibliotecária –CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha- Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes - Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida - Estagiário - Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



MESQUITA, Daniel Augusto	A Desocupação dos espaços urbanos irregularmente ocupados para a promoção da regularização fundiária: O conflito entre o direito à moradia e o planejamento urbano. (Dissertação-Mestrado) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2015. 133 p.	Direito urbanístico. Expectativas. Planejamento Urbano. Interesse difuso. Moradia. Uso de força pelo Estado. Poder de polícia. Remoção. Regularização Fundiária.
SILVA, Leny Pereira da.	Direito à Saúde e o Princípio da Reserva do Possível. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 70 p.	Direito à saúde; Efetividade do direito à saúde; Princípios jurídicos e direito à saúde; Intervenção do Poder Judiciário na efetividade do direito à saúde.
ROCHA, Carlos Odon Lopes da.	Direitos fundamentais como ordem objetiva de valores: um ranking de precedência axiológica em abstrato e relativo entre os direitos previstos no art., 5º, caput, da Constituição Federal de 1988. (Dissertação-Mestrado) Instituição Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2014. 126 p.	Direitos Fundamentais; Valores; Precedência; Ponderação; Discricionariedade.
STAUBER, Fernando Zanetti.	El riesgo en el contrato de concesión de obras. (Dissertação-Mestrado) Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2013/2014. 117 p.	Regulamentação de contrato de concessão de obras; Contrato de concessão de obras; Direito espanhol; Contratação pública;

FICHA TÉCNICA



MENDES, Caçula.	Giulliano	Elogio da segurança Jurídica: um estudo a partir do mandado de injunção n. 4.733/DF e da Ação Direta de inconstitucionalidade por n. Omissão 31. (Dissertação-Mestrado) Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2016. 157 p.	Direito Constitucional, Direito processual, Segurança Jurídica, Supremo Tribunal Federal, Justiça.
SCANDIUZZI, Augusto.	Luís	Estrutura do poder legislativo: unicameralismo e bicameralismo. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 46 p.	Poder legislativo; Parlamento; Congresso; Estrutura e organização; Unicameralismo e bicameralismo; Representação do povo; Representação do Estado; Federalismo.
ALMEIDA, Lemos de.	Evaldo	Estruturação da gerência de projetos de TI na Procuradoria Geral do DF. (Especialização) Fundação Getúlio Vargas, Brasília 2016. 56 p.	Procuradoria Geral do DF; Gerência de projetos; Governança de TI; Contratações.
CARVALHO, Carlos Alencar	Antônio	O exercício do poder disciplinar vinculado na aplicação de penas máximas a servidores públicos: uma releitura à luz do paradigma do neoconstitucionalismo e da constitucionalização do direito administrativo. (Dissertação-Mestrado) Instituto Brasiliense de Direito público. Brasília, 2015. 277 p.	Poder disciplinar vinculado; Neoconstitucionalismo; Eficácia Irradiante dos direitos fundamentais; Constitucionalização do direito administrativo;

FICHA TÉCNICA



IANNINI, Clarissa Reis.	Função Social da Propriedade e suas Relações com poder de Polícia e limitações Administrativas. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2009. 47 p.	Direito Administrativo; Direito Urbanístico; Direito Econômico; Função Social da Propriedade; Poder de Polícia; Condicionamento do Direito de Propriedade; Limitações Administrativas; Direito Civil; Funcionalização da Propriedade.
MATOS, Osdymar Montenegro	Gestão de contratos de serviços no âmbito da administração pública. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2009. 49 p.	Gestão de contratos; Administração pública; Terceirização de serviços.
ALENCAR, Leandro Zannoni Apolinário de.	Guidance no contexto do estado Regulador. (Dissertação-Mestrado) Universidade de Coimbra. Coimbra, 2014. 168 p.	Globalização; Sociedade em rede; Governança; Soft law; Guidance; Paternalismo Libertário.
ROCHA, Carlos Odon Lopes da.	Hierarquia entre os Direitos Fundamentais: Uma Análise à luz da doutrina da posição Preferencial. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 89 p.	Direitos Fundamentais; Interpretação; Tensões; Critérios de Solução Interpretativa; Hierarquia; Doutrinas da Posição Preferencial e do Interesse Cogente ou Coercivo; Conflitos e Solução à luz da doutrina da Posição Preferencial.

FICHA TÉCNICA



ARAÚJO, Renato Guanabara Leal de.	Da inaplicabilidade da Súmula nº 280/STF como óbice para o conhecimento de recurso especial fundado na alegação de violação às leis federais que regem o pessoal da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 46 p.	Artigo 21, XIV, CF/88; Polícia Militar; Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Civil; Distrito Federal; Competência Legislativa; Legislação Federal; Violação; Recurso especial; Cabimento; Súmula 280/STF; Inaplicabilidade.
AGUIAR, Eth Cordeiro de.; SEREJO, Paulo Fernando Ramos.	Investigação sobre a História da Procuradoria Geral do Distrito Federal. (Tese-Doutorado) Universidade de Buenos Aires. Brasília, 2011. 26 p.	Procuradoria Geral do Distrito Federal – História; Procuradoria Geral do Distrito Federal – Primeiros trabalhos; Procuradoria Geral do Distrito Federal – Procuradores.
COSTA, Ana Lúcia de Lima.	International Master of Environmental Sciences Program. (Tese-Doutorado) University of Cologne. Cologne, 2012. 64 p.	Utilization of natural resources; Genetic resources; Benefit sharing (ABS).
OLIVEIRA, Cassimiro Marques de.	O Instituto do Tombamento como um dos Instrumentos Constitucionais de Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2007. 87 p.	Patrimônio Cultural; Tombamento; Preservação; Direito Administrativo; Procedimento; Direito Urbanístico; Direito Constitucional.

FICHA TÉCNICA



RAMOS, José Luiz.	Lei de Improbidade Administrativa: O Caso dos Agentes Públicos que Exercem Função Com Prerrogativa. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2009. 51 p.	Improbidade Administrativa – conceito; Sujeito ativo - Improbidade Administrativa; Agentes públicos não sujeitos à aplicação da Lei de Improbidade Administrativa; Improbidade Administrativa – sanções.
MANSUR, Maria Wilma de Azevedo Silva.	Legalidade da Inclusão da Demanda Contratada de Potência Na Base de Cálculo do ICMS Incidente sobre energia Elétrica. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 52 p.	ICMS; Tributação; Energia Elétrica; Base de Cálculo; Energia Consumida; Demanda Reservada de Potência; Demanda Reservada.
PESSOA, Valéria Ilda. Duarte.	Los Proyectos Forestales MDL del protocolo de kioto y su contribución para la mitigación del cambio climático: especial aplicación a las iniciativas conjuntas de Brasil y España. (Tese-Doutorado) Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2009. 462 p.	Mudança climática – Brasil e Espanha.
CAVALCANTI, Marcos de Araújo.	Mecanismos de resolução de litígios de massa: um estudo comparativo entre as ações coletivas e o incidente de resolução de demandas repetitivas. (Dissertação-Mestrado) Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014. 563 p.	Direito Processual coletivo; Direitos individuais homogêneos; Litígios de massa; Ações coletivas; Novo código de processo civil; Incidente de resolução de demandas repetitivas; Estudo comparativo.

FICHA TÉCNICA



AMORIM, Valdsom Gonçalves de.	A natureza Jurídica da Licença Ambiental. A competência para a sua outorga. A polêmica acerca do autolicenciamento. Aspectos legais, Doutrinários e jurisprudência. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 57 p.	Licença ambiental-Constituição Federal de 1988; Licenciamento e licença ambiental-Conceituação; Licença e autorização no Direito Administrativo – conceito; Licenciamento ambiental; Auto licenciamento.
FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho.	Neoconstitucionalismo e as Possibilidades e os limites do ativismo judicial no Brasil Contemporâneo. (Dissertação-Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010. 312 p. Link de acesso: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13175	Ativismo judicial, Brasil Princípio da separação de poderes; Judicialização da política; Neoconstitucionalismo.
PAIVA, Marcelo Raso de.	Os órgãos de controle como instrumentos de controle social no âmbito do Distrito Federal (2012-2014). (Especialização) Fundação Getúlio Vargas. Brasília, 2015. 35 p.	Controle Externo. Controle Interno. Controle Social. Transparência. Acesso às informações.
GOMES, Ana Maria Isar dos Santos.	A Operação Urbana Consorciada: Análise do Instituto e Perspectiva da Utilização como Instrumento de Gestão Democrática das Cidades. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 107 p.	Direito Urbanístico; Operação urbana consorciada; Estatuto da Cidade; Gestão Democratizada; Teoria da ação Comunicativa; Jürgen Habermas; Democracia participativa; Políticas Urbanas; Direito à Cidade; Políticas Públicas.

FICHA TÉCNICA



NASCIMENTO, Iran Machado.	O Recurso especial e as matérias de ordem pública. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 66 p.	Direito Processual Civil; Recurso especial; Matérias de Ordem Pública; Compatibilidade entre os Institutos.
BANHOS, Angela Silveira	Reforma previdenciária para os servidores públicos civis: estudo comparativo das alterações introduzidas pelas emendas constitucionais nº 20/98, 41/2003 e 47/2005. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 47 p.	Reforma previdenciária; Servidor público civil;
LONGO FILHO, Fernando José	Regiões metropolitanas: armadilhas, democracia e governança. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2016. 172 p.	Federalismo; Regiões metropolitanas; Governança; Desenho institucional.
LOBATO, Carla Gonçalves	A supremacia do interesse público sobre o privado e o regime de precatórios. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2014. 72 p.	Execução contra a Fazenda Pública; Precatório; Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária –CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad – Bibliotecária –CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida – Estagiário – Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



OLIVEIRA, José Carlos Alves de	A terceirização de serviços e a responsabilidade subsidiária dos entes públicos sob a ótica da justiça do trabalho. (Especialização) Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2008. 100 p.	Terceirização; Responsabilidade subsidiária; Direito administrativo; Justiça do Trabalho.
PERES, Luís Fernando Belém.	As Decisões intermédias de inconstitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Direito, 2018. 382 p.	Controle de constitucionalidade; Nulidades; Direitos fundamentais; Interpretação constitucional; Separação de poderes.
CAVALCANTI, Marcos de Araújo.	Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial: regime jurídico, limites e proposições para o enfrentamento da litigiosidade pulverizada. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Faculdade de Direito, 2018. 698 p.	Direito processual civil; Coisa julgada; Limites objetivos; Limites subjetivos; Questão prejudicial.
ALENCAR, Leandro Zannoni Apolinário de.	Novo direito administrativo e governança pública: responsabilidades, metas e diálogo aplicados à administração pública do Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 261 p.	Direito administrativo; Governança pública; Administração pública; Direito municipal; Direito constitucional.

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária –CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad – Bibliotecária –CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes – Estagiária – Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida – Estagiário – Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



BATISTA, Hugo Fidelis	A negociação coletiva de trabalho nas empresas estatais dependentes. Brasília – DF: Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, 2019 207 p.	Direito trabalhista; Negociação coletiva de trabalho; Aumento de despesas; Gasto com pessoal na Administração pública; Hierarquia normativa.
CAVALCANTI, Marcos de Araújo.	Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial: regime jurídico, limites e proposições para o enfrentamento da litigiosidade pulverizada.	Direito processual civil; Coisa julgada; Limites objetivos; Limites subjetivos; Questão prejudicial; Terceiros.
PERES, Luís Fernando Belém.	As decisões intermédias de inconstitucionalidade no direito brasileiro. Professor Dr. Carlos Bastide Horbach. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de direito, 2018. 382 p. Tese (Pós-Graduação em Direito) - Universidade de São Paulo. Faculdade de direito.	Controle de constitucionalidade; Nulidades; Direitos Fundamentais; Interpretação constitucional; Separação dos poderes.
ESPÍNDOLA, Renata Andrea Carvalho de Melo.	Uma Visão Econômica da Responsabilidade Civil Médica e dos Efeitos da Medicina Defensiva. Brasília: Escola de Direito FGV DIREITO RIO, 2019.	Análise econômica do direito; Responsabilidade civil; Responsabilidade civil do médico; Medicina defensiva; Custos de prevenção.

FICHA TÉCNICA



REIS, Rodrigo Oliveira.	Modelo de Programa de Auditoria em Gestão de Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia na Administração Pública. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.	Programa de auditoria; Criadores intelectuais; Administração pública; Propriedade intelectual; Desenvolvimento tecnológico; Tribunal de Contas.
MELO, Izabela Frota.	Governança e Integridade pública. Brasília: Escola de Direito FGV DIREITO RIO, 2019.	Governança; Integridade pública; Serviço público; <i>Compliance</i> .
FURQUIM, Claudia do Amaral.	Potestad de planeamiento y garantías jurídicas em Espana y Brasil. D. Juan Ramón Fernandez Torres, Dra. Maria Astrid Muñoz Guijosa. Madrid: Universidad Complutense de Madrid: Facultad de Derecho: Departamento de Derecho Administrativo, 2017. 439 p. - Universidad Complutense de Madrid: Facultad de Derecho: Departamento de Derecho Administrativo.	Cidades; Urbanismo; Evolução histórica da cidade; Poder pública; Gestão pública urbana; Poder público na constituição; Igualdade perante a lei; Planejamento do Estado contemporâneo; Direitos e garantias do cidadão; Regime de planejamento urbano brasileiro.
FREITAS, Elísio de Azevedo.	Acordos de leniência da lei anticorrupção: proposta para reduzir sua insegurança jurídica. João Paulo Bachur. Brasília: IDP: Brasília, 2018. 83 p. Dissertação de Mestrado-Escola de Administração do Instituto Brasileiro de Direito Público.	Lei anticorrupção; Acordo de Leniência; Insegurança Jurídica.

FICHA TÉCNICA



BARBOSA, Magnan.	Elina	Diritto ala salute, sistemai e prestazione sanitaria: lesione del servizio nazionale al sus brasiliano. Roberto Romboli. Pisa, Itália: Universidade de Pisa, 2017. 324 p. Tese de Doutorado-Università di Pisa.	Direito sanitário.
GALVÃO, Lavocat.	Marcelo	A insegurança jurídica dos efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em matéria tributária. Helano Taveira Torres. São Paulo: USP: Faculdade de Direito, 2014. 186 p. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.	Segurança Jurídica; Segurança Jurídica, princípios constitucionais; Segurança Jurídica, matéria tributária; Segurança Jurídica, Supremo Tribunal Federal.
ALVES, Oliveira.	Renato de	As obrigações acessórias e o princípio da legitimidade tributária. Prof. Dr. José Roberto R. Afonso. Brasília; DF: Instituti de Direito Público:IDP: Escola de Direito de Brasília: Curso de Pós-Graduação em Direito, 2018. 105 p. - Instituti de Direito Público: IDP: Escola de Direito de Brasília: Curso de Pós-Graduação em Direito.	Direito constitucional tributário; Legalidade tributária; Obrigação tributária acessória; Lei em sentido estrito; (In)submissão.
CABRAL, Silva.	Daniel da	Problemas e desafios na integração de sistemas e dados entre diferentes esferas governamentais: um estudo de caso do Sistema Trakcare. Remis Balaniuk. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2021. 74 p. (Dissertação de Mestrado)-Universidade Católica de Brasília..	Setor público; Sistema de informação; Compartilhamento de dados.

FICHA TÉCNICA



SILVA, Welbio Coelho.	As pegadas da religião na execução orçamentária: acomodação de políticas públicas de cunho religioso no Distrito Federal. Pedro Lucas de Moura Palotti. Brasília: IDP, 2020. 96 p. Dissertação de Mestrado-Instituto Brasiliense de Direito Público.	Políticas públicas, religião; Eventos culturais, religião; Relação entre estado e igreja; Política e religião.
SQUEFF, Lília Almeida.	Barreiras à mudança organizacional na advocacia pública do Distrito Federal: um olhar etnometodológico sobre formas de incentivo à proatividade e inovação para a redução da letigiosidade. Weder Oliveira. Brasília: IDP, 2020. 93 p. Dissertação(Mestrado em Administração)-Escola de Administração do Instituto Brasiliense de Direito Público.	Advocacia pública; Mudança organizacional; Etnometodologia; Produtividade.
ALVES, Augusto. Rafael	A política criminal brasileira nos crimes contra a ordem tributária: recorde da criminalização tributária no Distrito Federal. Antônio Henrique Graciano Suxberger. Brasília: UniCEUB, 2020. 137 p. Dissertação(Mestrado em Direito)-Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.	Ordem tributária, crimes; Política criminal; Direito penal tributário.
FREITAS, Elísio de Azevedo.	Efeitos da desregulamentação da Franquia obrigatória de bagagens no setor aéreo. Gustavo José de Guimarães e Souza. Brasília: IDP, 2020. 45 p. Dissertação(Mestrado)-Instituto Brasiliense de Direito Público.	Franquia obrigatória; Franquia obrigatória, Desregulamentação; Franquia de bagagem; Passagem aérea.

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária –CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad - Bibliotecária –CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha- Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes - Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida – Estagiário - Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



FAGGIANI, José Coelho.	Rodrigo	A inconstitucionalidade do artigo 896-A, paragrafo 5º, da CLT: o pressuposto de transcendência do recurso de revista. Recife: CERS, 2021. 20 p. Artigo Científico (Especialização em Direito e Processo do Trabalho)-Faculdade CERS.	Processo do trabalho; Direito processual do trabalho; Direito processual do trabalho, recurso.
ALMEIDA, Nilo de .	Edvaldo	Serviços sociais autônomos: conceito constitucional fundado no art. 6º da Constituição Federal de 1988. Roberto Dias. São Paulo: PUC, 2019. 447 p. Tese (Doutorado em Direito)-Universidade Católica de São Paulos.	Serviço social autônomo, conceitos; Serviço social autônomo, constituição federal.

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária –CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad - Bibliotecária –CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha- Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes - Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida – Estagiário - Nível Médio
 Atualizado em 23/03/2022.



PARTE III - ENTREVISTAS

Atual. 23 de março de 2022

Programa	Título	Assunto
PAPO Cidadão PGM#09	Direito Urbanístico. Publicado pelo canal Papo Cidadão. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s5VSMuaAr2U&t=30s . Acesso em: 06 nov. 2019.	Entrevistados: Ana Maria Isar Gomes e André Lima.

FICHA TÉCNICA

Cristiany Ferreira Borges – Bibliotecária –CRB-1851 | Gerente da Biblioteca
Cíntia Mohamad - Bibliotecária –CRB-1659 | Assessor Técnico
Deusinéia Santiago da Cunha- Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Luana de Moura Gomes - Estagiária - Nível superior em Biblioteconomia
Pedro Alexandre de Almeida – Estagiário - Nível Médio
Atualizado em 23/03/2022.

